



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

---

## Projetos políticos de desenvolvimento territorial: territorialidades, significados e o campo de disputas no Sudoeste Paulista

José Renato Sant'Anna Porto<sup>1</sup>

### Resumo

*Tomando como ponto de partida a ideia de território, que para além de um conceito geográfico, é também uma categoria mobilizada e construída por dinâmicas sociopolíticas de grupos locais e por ações de intervenção extraterritoriais, este trabalho busca entender os diferentes processos de territorialização e os significados atribuídos ao território que vêm moldando a região Sudoeste Paulista, no estado de São Paulo. Verificam-se diferentes movimentos de construção da ideia de território, estimulados, de um lado, pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial e, por outro, por grupos sociais que estabelecem ações de conformação, significação e intervenção sobre o que se conota como território, sem necessariamente dialogar com tais políticas públicas. Neste sentido, pretende-se apresentar neste trabalho alguns indícios de como se organizam os interesses dos grupos e dos atores sociais no processo de formação destes distintos projetos políticos de território, bem como compreender as dinâmicas sociais que configuram o processo de implementação das políticas públicas de desenvolvimento territorial no Sudoeste Paulista, evidenciando que observar as relações sociais somente a partir destas políticas públicas, como é recorrente na ampla maioria dos estudos sobre as políticas de desenvolvimento territorial, é insuficiente para compreender a complexidade das relações de poder nos territórios.*

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e assistente de pesquisas do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA). *E-mail:* jreporto3@gmail.com.

**Palavras-chave:** território; poder; políticas públicas.

**Abstract:**

*Taking as its starting point the idea of territory, beyond a geographical concept, is also a constructed category by the socio-political dynamics and the relationship between local and extraterritorial groups intervention, this paper seeks to understand the different territorial processes and the meanings attributed to the territory that have shaped the Sudoeste Paulista, a region in the state of São Paulo. In case it is observed distinct meanings to the idea of territory, encouraged on the one hand, by the public policy of territorial development and, secondly, by social groups that establish actions that connotes the territory without necessarily acquainted with such policies. In this sense, we intend to present in this paper the ways in which the interests of groups and social actors are organized under different political projects, as well as understanding the social dynamics that shape the process of implementing public policies of territorial development in the Sudoeste Paulista, showing that observe social relations only from these policies, as is recurrent in the vast majority of studies on the territorial development policies, is insufficient to understand the complexity of power relations in the territories.*

**Keywords:** territory; power; public policies

## 1. Introdução

Esse artigo pode ser interpretado como uma intenção de diálogo crítico com os esforços recentes que se empenham em discutir o tema do território e do desenvolvimento territorial, particularmente no escopo das políticas públicas organizadas no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). Ao longo da segunda metade da década de 2000, muitos trabalhos foram publicados sobre o tema e, ainda que com base em diferentes enfoques e ancoragem teórico-metodológica, contribuíram para a construção e a divulgação no Brasil do que se convencionou chamar *abordagem territorial do desenvolvimento*, particularmente do desenvolvimento nas áreas rurais. Trabalhos como o de Abramovay e Beduschi (2004), entre outros tantos, buscaram problematizar a ideia de

desenvolvimento territorial como uma estratégia de superação da visão setorial sobre o rural, explorando e propagando a necessidade de um olhar mais holístico e multidimensional sobre a ruralidade.

Há também um conjunto de reflexões que se preocupou em examinar e analisar com maior profundidade as próprias políticas públicas que buscaram promover o desenvolvimento territorial, particularmente a do o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat) e a do Programa Territórios da Cidadania (PTC), ressaltando o debate sobre as “novas institucionalidades” propostas por estas políticas públicas (DELGADO e LEITE, 2011; DELGADO e GRISA, 2013) e os seus efeitos tanto sobre a ação governamental quanto sobre a organização das relações entre os atores.

Numa perspectiva próxima a esta, podemos identificar ainda os trabalhos de Favareto (2006), Favareto e Coelho (2007) e Sayago (2007), cujos objetivos estão centrados em analisar os limites e as possibilidades do engajamento e da participação dos atores com base no desenho proposto por estas políticas públicas de desenvolvimento territorial.

Há, entretanto, um conjunto de produção bastante crítica à ideia de desenvolvimento territorial que tenciona tanto os limites da apropriação superficial do conceito geográfico de território como problematiza os referenciais que orientam a produção da ideia de desenvolvimento territorial, associando-os a uma possível exclusão da dimensão dos conflitos e da questão agrária (FERNANDES, 2008; MONTENEGRO, 2006) – elementos estruturantes das relações sociopolíticas entre os distintos atores nos territórios.

Nesse sentido, em que pese a proposição de alguns debates com a literatura supracitada, este artigo não pretende trilhar as mesmas orientações interpretativas proposta por tais autores. Buscando explorar outro olhar sobre a ideia de desenvolvimento territorial, a opção teórico-metodológica ora escolhida estabelece um diálogo mais próximo com a dimensão das relações políticas, oriunda da própria ideia de território, no intuito de cercar alternativas de interpretação que deem conta de problematizar mais a fundo as questões concernentes às relações de poder, à organização dos diversos interesses entre os atores e à compreensão do território não apenas como um recorte espacial ideal para a intervenção das chamadas políticas territoriais, mas também, e principalmente, como um constructo político que diferentes grupos utilizam para fazer valer seus interesses em determinado contexto.

Para tanto, são acionados aqui alguns referenciais que contribuem para as reflexões acerca das dinâmicas políticas que reconstróem e dão novo significado constante à ideia de território. Entre as estratégias analíticas utilizadas, cabe destaque às noções de campo e espaço social, de Pierre Bourdieu (1990); à análise das relações de poder, de Michel Foucault (1984; 2010), particularmente às suas reflexões sobre os processos de produção discursiva; e também às ideias de alguns autores da geografia que trabalham diretamente com a temática do território a partir de um recorte que privilegia a observação da dimensão política, caso da perspectiva proposta por Claude Raffestin (1993).

A partir desse olhar específico, o artigo tem como objetivo apresentar um estudo de caso relacionado a um conjunto de pesquisas realizadas no Sudoeste Paulista. Pretende-se apresentar algumas indicações de cunho geral que têm o intuito de demonstrar a

complexidade das relações políticas na constante formação e na transformação da própria ideia de território na localidade, evidenciando-se que o território de que se fala no escopo das políticas públicas de desenvolvimento territorial é somente parte (diminuta), e não o todo de um mosaico complexo de interesses de distintos atores sociais. Assim, ao falarmos de território, embora estejamos observando e levando em conta o papel das políticas públicas de desenvolvimento territorial, buscamos promover um distanciamento relativo da categoria operacional território que orienta estas políticas, conferindo à noção um caráter mais abrangente, que nos permita observar e captar diferentes ações e propostas de intervenção/significação sobre o contexto escolhido.

Dessa maneira, o texto está organizado de modo a apresentar, na primeira seção, um panorama sintético da orientação teórico-metodológica proposta para observar e analisar o estudo de caso, o qual, por sua vez, será apresentado na segunda seção. Na terceira e na quarta seções, são apresentadas as diferenças entre os projetos políticos de território que promovem processos específicos de significação e intervenção no Sudoeste Paulista. Por fim, a quinta e última seção traz as considerações finais do trabalho, bem como alguns apontamentos e sugestões de pesquisas a respeito da chamada abordagem territorial do desenvolvimento rural.

## **2. Remapeando a ideia de desenvolvimento territorial**

No sentido de balizar a leitura e sintetizar parte do referencial analítico que inspirou a pesquisa em questão e a elaboração deste artigo, apresentarei a seguir algumas indicações teórico-metodológicas

que podem contribuir para ultrapassar os contornos específicos e os limites da categoria território utilizada no âmbito da política pública de desenvolvimento territorial. Deste modo, buscarei assimilar a orientação de Bourdieu (1990) para pensar a discussão das relações de poder no território, tomando a ideia de campo como um elemento balizador das interpretações. Em seguida, guardados os limites deste esforço inicial, procurarei realizar uma aproximação com outros referenciais de debate, dialogando esta maneira de compreender o território com as orientações propostas pela geografia política, em especial com a de Raffestin (1993), e com a perspectiva de poder de Michel Foucault, conforme veremos adiante.

A ideia de campo, componente importante na perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, é definida pelo autor como o lugar “em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos” (BORDIEU, 1990, p. 164). Tomar o território como um campo implica entendê-lo como um espaço de disputa e construção coletiva, onde as posições e a estrutura de interação são delimitadas constantemente pelas próprias posições dos atores sociais envolvidos, e constituem elementos-chave para o entendimento das dinâmicas políticas ali inseridas.

Para qualificar as discussões a respeito do território como um campo de relação de poder, podemos lançar mão de outra perspectiva teórica que também contribui metodologicamente para a identificação destas relações, e abre caminho para uma seara teórica diferente dos

trabalhos anteriormente mencionados<sup>2</sup>. Refiro-me à perspectiva de Michel Foucault (1984) e aos seus dizeres sobre como abordar a dinâmica das relações políticas em um determinado espaço. Para o autor, na complexidade em que se dão as relações sociais, devemos entender as relações políticas não mais orientadas unicamente de maneira monolítica, com o Estado como orientador e centro irradiador de poder. É preciso considerar a *rede de poder* como um conjunto de dispositivos, práticas e mecanismos em constante transformação, construída em uma perspectiva histórica.

Para Foucault, a ideia de poder não é concebida de maneira polarizada, o que comporia um cenário de oposição entre os detentores e os não detentores de poder. O autor nos mostra que os diferentes atores sociais dispõem de diferentes formas de poder, em diferentes gradientes, e que são constantemente modificados a partir do entendimento de que estes atores estão em permanente relação. Caberia, portanto, ao pesquisador compreender as diferentes formas em que o exercício do poder se dá.

Foucault (2010) também estabelece alguns princípios metodológicos para interpretar as relações de poder, entre os quais, dois são bastante relevantes para a proposta aqui apresentada. O primeiro refere-se ao que o autor denomina *economia dos discursos de verdade*, que é um pressuposto básico na manutenção das lógicas de disputa e dominação. Os discursos, nesta acepção, configuram-se como elementos

---

<sup>2</sup> Aqui, é importante mencionar que Abramovay e Beduschi fazem uso da ideia de campo de Bourdieu nas suas discussões sobre atores e relações de poder no território. A proposta ora pretendida, em alguma medida, se assemelha a estes esforços, embora busque ir mais a fundo na discussão sobre o poder e a organização de interesses, nisto se aproximando de outros referenciais teóricos, como Foucault e sua contribuição sobre o poder e a organização de interesses, e Raffestin e sua reflexão sobre o acúmulo da Geografia olítica.

que sustentam e organizam as práticas, as estratégias e os interesses dos atores sociais, os quais, por sua vez, as retroalimentam. Estas estruturas discursivas, por assim dizer, por se valerem do artifício e da retórica da “verdade”, possibilitam a capacidade de ordenamento dos comportamentos e da própria noção de possibilidades de agência, restringindo e delimitando assim o campo de ação dos atores em determinado contexto. No caso deste estudo, como veremos adiante, estes discursos de verdade podem ser simbolizados nas diferentes vocações e nos projetos que são atribuídos ao território ao longo do tempo, os quais são fruto de interesses de grupos sociais distintos, embora se pretendam como verdades totalizantes e naturalizadas.

O segundo princípio metodológico, por sua vez, está atrelado à ideia de *genealogia do poder*, a qual dá destaque à perspectiva histórica no procedimento analítico. No caso das análises do desenvolvimento territorial, como também nos dizem Leite *et al.* (2011) e Delgado e Leite (2011), a dinâmica territorial está intrinsecamente relacionada à história originária do território (embora nem sempre esta seja levada em consideração), o que indica a extrema relevância de se empreenderem esforços para compreendê-la.

Entremeada nesta perspectiva analítica que aqui resgatamos, está também uma determinada noção do que é e de como deve ser entendido o conceito de território. É importante explicitar que este conceito pode assumir conotações diversas, dependendo do contexto e da forma como é acionado. No intuito de organizar o extenso debate sobre a questão do território no âmbito da geografia, mencionamos a proposta de classificação que Rogério Haesbaert (2004) faz sobre o tema em quatro perspectivas diferentes. A primeira, refere-se ao que o autor *denomina abordagem cultural*, perspectiva que se concentra na

investigação das relações simbólicas e na apropriação do “território vivido” pelos grupos e indivíduos. A segunda, guarda relação direta com a dimensão econômica, já que investiga com mais afinco a espacialização das trocas e toma o território como fonte de recursos, como expressão da divisão do trabalho. A terceira, trata das relações políticas que se configuram no território entendendo-o como um espaço de poder delimitado e controlado. A quarta e última, é a abordagem natural, que interpreta o território tendo como pano de fundo as relações sociedade-natureza.

Ainda no âmbito da geografia, outra referência bastante cara para as pretensões deste trabalho é a contribuição teórica de Claude Raffestin (1993). Nela, o conceito de território ganha forte conotação política, uma vez que o autor o define como um espaço cujas múltiplas dimensões são definidas e delimitadas pelos atores nas suas relações de poder. Trata-se, assim, de um espaço apropriado pelos atores, um campo de forças, disputas, com contornos conformados no emaranhado de suas relações sociais. Raffestin também apresenta uma análise muito interessante a respeito do conceito de territorialidade. Para ele, esta se refere às experiências vividas no território, as quais, entremeadas às relações de poder, conformam e são conformadas pelas relações entre os atores sociais. O conceito de territorialidade, bem como o entendimento de que os homens vivem, ao mesmo tempo, o processo e o produto territorial, sendo agentes destas transformações, é uma perspectiva bastante salutar para o olhar sobre o território ora proposto.

Por fim, é importante dizer que, assim como propõe Brandão (2007), o enfoque desta pesquisa partirá do pressuposto de que os territórios necessitam ser compreendidos como construções sociais, e não apenas como receptáculos neutros, onde os atores buscam acessar

recursos advindos do Estado. Sua estrutura organizacional e sua cultura política, como bem informam Couto e Rocha (2006), são elementos de relevância na conformação das dinâmicas ali sediadas. Perceba-se que, para além da priorização de uma ou outra dimensão, ou seja, para além da análise centrada nas institucionalidades ou nas interações entre os atores presentes, o que se pretende consolidar é um olhar integrador. Deve-se buscar aliar à discussão institucional uma perspectiva de cunho sociológico que, extrapolando os limites convencionados pela noção de território atribuída pelas políticas públicas de desenvolvimento territorial, tente abarcar dimensões sociais, culturais, econômicas e, principalmente, políticas existentes na conformação do “território”.

Deste modo, pretende-se: i) tomar o território como um campo, no sentido conotado por Bourdieu, compreendendo a organização e a posição dos atores, suas dinâmicas de relação e interação não apenas dentro das institucionalidades da política de desenvolvimento territorial, mas levando em conta o que ocorre fora dela; ii) apreender historicamente a produção de narrativas e discursos de verdade, no sentido atribuído por Foucault, acerca do Sudoeste Paulista, de modo a compreender com maior densidade e consistência o processo de organização dos interesses por parte dos grupos e dos atores sociais, bem como os efeitos desencadeados pelos distintos intentos de significação e conotação do território; e iii) correlacionar os debates de modo a buscar aproximações e diálogos com os trabalhos mencionados, tentando investir esforços na atribuição de um estatuto especial à dimensão política do território, tanto com base nos referenciais de teoria social anteriormente citados como também a partir das referências aos trabalhos da geografia política.

### 3. O Sudoeste Paulista: um olhar para a(s) história(s) e suas apropriações

Como já dito, a importância da análise histórica no tipo de pesquisa pretendida nesse artigo tem fundamento em várias das orientações acionadas. De qualquer forma, o olhar sobre a história não será realizado de modo passivo. Ou seja, como nos ensina Maurice Godelier (1977 *apud* WOLF, 1990), a história não explica, pelo contrário, deve ser explicada. Nesta perspectiva, o intuito aqui é possibilitar um olhar investigativo em direção aos fenômenos históricos que marcaram o Sudoeste Paulista, averiguando as narrativas construídas sobre o território, como estas são construídas, quais episódios são ressaltados e que efeitos são desencadeados a partir de determinadas construções históricas. Vejamos então os elementos históricos presentes nas narrativas apresentadas e identificados durante a pesquisa, bem como uma descrição sumária das principais características desse território.

O Sudoeste Paulista situa-se no *continuum ecológico* de Paranapiacaba, maior corredor do bioma da Mata Atlântica do Brasil. Em virtude desta característica de preservação de grandes áreas naturais, a região abriga uma série de parques e unidades de conservação que lhe proporciona um importante atrativo turístico, o qual apenas recentemente passou a ser explorado como elemento central de uma alternativa de desenvolvimento centrada no lazer e na preservação.

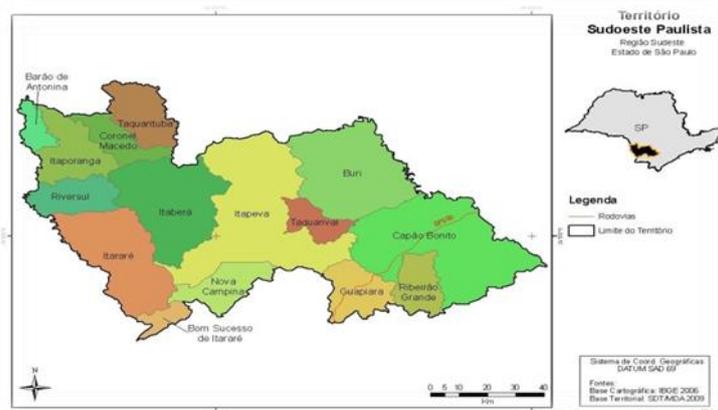


Figura 1: Sudoeste Paulista, mapa do território

Fonte: MDA, 2007

De todo modo, embora o turismo venha sendo acionado como uma opção de desenvolvimento para a região, é importante remontar ao contexto histórico que permitiu a estas grandes áreas naturais permanecerem preservadas. Refiro-me ao fato de que por longos períodos o Sudoeste Paulista tenha ficado à margem dos grandes ciclos de desenvolvimento ocorridos no estado de São Paulo e no Brasil como um todo, referentes tanto aos processos de expansão agrícola como também à industrialização, o que contribuiu para a manutenção de grandes extensões de áreas naturais na região (MONBEIG, 1984).

Em linhas gerais, o primeiro grande movimento histórico identificado nas entrevistas e nas pesquisas realizadas que teria marcado o contexto local guarda relações próximas com o *tropeirismo*<sup>3</sup>, em meados do século XVIII e XIX. Situado no caminho das rotas de comércio que provinham dos estados do Sul em direção ao restante do

---

<sup>3</sup> Tropas ou comitivas de [muare](#)s e [cavalos](#) que circularam entre as regiões de produção e os centros consumidores no [Brasil](#) a partir do século XVII.

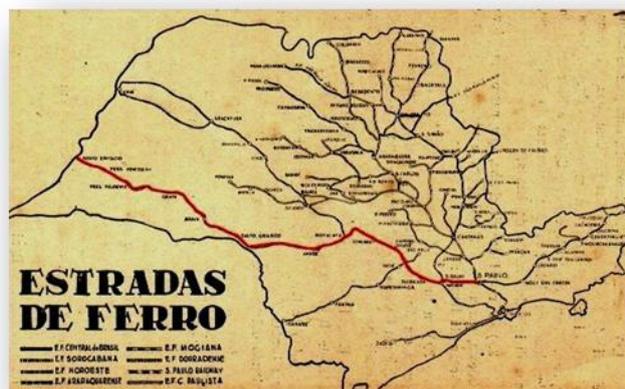
país, o Sudoeste Paulista recebeu impactos diretos do fluxo de pessoas e mercadorias em seu processo de colonização. As cidades mais importantes da região foram fundadas neste período, inclusive Itapeva. O *tropeirismo* também trouxe para o Sudoeste uma característica comercial, em oposição a outras regiões, que se caracterizavam como centros de produção agrícola, e mais tarde, industrial.

Já por volta do fim do século XIX e início do século XX, ao analisar-se a espacialização das frentes de desenvolvimento no estado de São Paulo, com destaque para o ciclo do café, à época sua principal atividade econômica, vê-se que o Sudoeste Paulista fica à margem deste processo (MONBEIG, 1984). Partindo da região do Vale do Paraíba em busca de terras mais férteis, a atividade cafeeira priorizou as chamadas terras roxas e seguiu sua expansão no sentido noroeste do estado, não se espraiando para as terras do Sudoeste Paulista.

Juntamente com a expansão cafeeira, veio também a construção de novas vias férreas, que ao mesmo tempo que tinham a função primordial de conduzir a produção de café em direção aos portos – ponto de escoamento dos produtos de exportação – também cumpriam a importante função de estimular as relações entre as regiões por ela conectada (BERNARDINI, 2011), possibilitando, assim, a emergência de novos processos de desenvolvimento, principalmente no interior do estado. O fácil acesso promovido pelas inúmeras ferrovias – e pelas rodovias, mais tarde – e o excedente econômico proveniente dos lucros da atividade cafeeira permitiram diversas sinergias que tiveram impactos no dinamismo econômico regional. Entre estes, destacam-se alguns casos de industrialização, os quais, com o tempo, solidificaram-se a ponto de se constituírem como atividade consistente em algumas

regiões do estado, tendo como epicentro a capital paulista (BERNARDINI, 2011).

A figura 2 ilustra o distanciamento do Sudoeste Paulista dos processos históricos e econômicos anteriormente referidos. Embora tivesse a ligação ferroviária com conexões para a capital paulista, operada pela empresa Sorocabana, a região nunca colheu os mesmos frutos do dinamismo econômico das áreas cafeeiras.



**Figura 2: mapa da estrutura ferroviária do estado de São Paulo, 1910**  
Fonte: Santos (2011)

Ainda neste mesmo contexto histórico, outro episódio parece ter relevância no que diz respeito aos rumos do desenvolvimento do Sudoeste Paulista. Para além do fato de suas terras não se adaptarem tão bem à cultura do café quando comparadas às de outras regiões do estado, e de sua topografia inviabilizar a cafeicultura, outros elementos também conformaram a exclusão da região dos ciclos tradicionais de desenvolvimento.

Conta-se uma história bastante interessante a respeito de um embate político que teria incidido de maneira decisiva na região<sup>4</sup>. Trata-se de uma questão envolvendo os políticos Júlio Prestes e Getúlio Vargas. Prestes, natural de Itapetininga, cidade importante no Sudoeste Paulista, era representante político de expressão no estado de São Paulo durante a época da política denominada café-com-leite, quando se alternavam, no governo federal, representantes de São Paulo e de Minas Gerais. Ocorre que, nas eleições de 1930, após o término de seu mandato, o paulista Washington Luís, rompendo com o pacto estabelecido com os mineiros, indicou o também paulista Júlio Prestes à presidência da República. A chapa de Júlio Prestes teve então como adversária a oposição de Getúlio Vargas, líder representante da província do Rio Grande do Sul, que contava com o apoio dos mineiros após o cisma com os paulistas. O resultado das eleições indicou a vitória de Júlio Prestes, embora este jamais chegasse a assumir em razão do movimento revolucionário liderado por Getúlio Vargas, conhecido como Revolução de 30. Deposto o presidente Washington Luís, chegava ao fim a chamada República Velha, inaugurando-se a primeira fase do período varguista no poder.

Segundo meu interlocutor, esse conhecido episódio da história brasileira teve uma repercussão específica no Sudoeste Paulista. Especula-se, nos bastidores políticos, que Vargas perseguiu Prestes mesmo após ter destituído suas possibilidades de assumir a presidência da República. Uma das manobras políticas do governo de Getúlio para

---

<sup>4</sup> O episódio foi relatado pelo então secretário de Cultura e Turismo de Itapeva, figura política bastante presente, principalmente nas articulações recentes voltadas ao turismo no Sudoeste Paulista. Grande parte das informações e dos momentos históricos acima relatados foram mencionados durante a sua entrevista.

atingir politicamente Júlio Prestes teria sido isolar o Sudoeste Paulista das políticas e das iniciativas de desenvolvimento promovidas pelo governo federal. Mesmo com o foco de desenvolvimento voltado para as regiões ligadas à produção cafeeira e à emergente industrialização, no final dos anos 1920, existiam pretensões de incentivar o progresso no Sudoeste de modo a ampliar a fronteira agrícola do estado. Isto seria facilitado mediante estímulos econômicos e pela expansão da via férrea da Sorocabana, que conectaria a região aos polos de desenvolvimento de São Paulo e do Paraná. De todo modo, tal pretensão foi diluída no período varguista, não sendo implementada. A região teria amargado uma espécie de ostracismo político durante as décadas subsequentes.

Ainda com base no relato do secretário, a retomada do interesse político na região ocorre somente ao final da década de 1950, quando são descobertas as primeiras jazidas de mineração, e quando tem início, ainda que modestamente, a instalação de áreas de extração. Um pouco mais à frente, nas décadas de 1960 e 1970, no período do regime militar, juntamente com a mineração, chega à região um forte movimento de cultivo de *pinus* e eucalipto destinado à atividade madeireira, mais especificamente, à produção de celulose – inclusive com a instalação de algumas fábricas do setor –, mas também ao abastecimento de lenha para as caldeiras da indústria da mineração. A chegada da silvicultura na região tem como origem a tradição de exploração da madeira da araucária no norte do estado do Paraná, que já naquele período encontrava-se em declínio devido ao alto índice de supressão das matas naturais.

Nesse mesmo período, acompanhando a expansão da silvicultura e da mineração, ocorre também o avanço do chamado agronegócio<sup>5</sup>. Estando praticamente esgotadas as zonas de fronteira agrícola ao norte e noroeste do estado, os interesses dos grandes produtores agrícolas recaem então sobre esta região, que passa a contar com extensas áreas de monocultura agrícola, principalmente de grãos, como, algodão, milho, feijão e trigo.

Em paralelo ao desenvolvimento do agronegócio e da atividade de mineração, permaneceu presente a ocupação em larga escala da agricultura familiar, historicamente abandonada à sua própria sorte na região. Durante as décadas de 1960 e 1970, a ausência de políticas que beneficiassem este segmento da sociedade era evidente, embora a composição social do Sudoeste Paulista fosse quase que em sua totalidade de pequenos agricultores camponeses. Com a chegada do agronegócio, ocorre um processo de deslocamento desta população para áreas de fronteira, em direção ao Vale do Ribeira, onde as terras de relevo muito acidentado não eram próprias para a atividade agrícola monocultora que ali se instalava. Desta forma, em um processo histórico de exclusão, o agronegócio tomou conta das melhores e das mais produtivas terras, ocupando toda a área do planalto do Sudoeste Paulista. De qualquer forma, na quase totalidade dos municípios, a agricultura familiar permanece como relevância considerável (MAGALHÃES & BRANCHER, 2005), haja vista que foi um dos

---

<sup>5</sup> Utilizo a nomenclatura agronegócio de modo a classificar e diferenciar a agricultura patronal da agricultura familiar. Embora mantenha relação importante com as discussões ora propostas, não será possível problematizar sobre a ideia de agronegócio no presente trabalho. Para uma análise mais consistente do processo de constituição da sociedade e da economia do agronegócio, ver Heredia, Leite e Palmeira (2010).

critérios de seleção do território pelas políticas que descreveremos adiante.

A caracterização socioeconômica do território é marcada historicamente pela acentuada concentração de renda e terras, característica que tem se intensificado nas últimas décadas. Verificam-se índices de geração de riqueza acima da média estadual, os quais, em função da tradição de desigualdade na distribuição de renda, não se traduzem em resultados positivos de desenvolvimento humano. Haja vista os Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) do Sudoeste Paulista, com média de 0,768, desempenho abaixo da média estadual, de 0,820 (BRASIL, 2007). Contrastados com outras realidades do país, como em regiões do Nordeste, por exemplo, esses dados indiquem uma condição positiva relativamente.

Com exceção do município de Itapeva, com considerável concentração urbana e uma população com cerca de 85 mil habitantes, os outros 14 municípios do território<sup>6</sup> podem ser considerados rurais, de acordo com os critérios de classificação populacional do IBGE. Em termos de população total, em 2007 o território Sudoeste Paulista chegou à marca de 306,7 mil pessoas, estando 84,6 mil (27,61%) delas nas áreas rurais, e 222,0 mil (72,39%) em ambientes urbanos. No que diz respeito à densidade demográfica, a região, cuja área é de 10.063,6 km<sup>2</sup>, mantém uma taxa média de 30,48 habitantes/km<sup>2</sup> (MAGALHÃES e BRANCHER, 2005).

---

<sup>6</sup> O “território Sudoeste Paulista” a que nos referimos diz respeito ao recorte geográfico composto pelos seguintes municípios: Guapiara, Itaberá, Itapeva, Taquarivaí, Capão Bonito, Barão de Antonina, Bom Sucesso de Itararé, Nova Campina, Riversul, Coronel Macedo, Buri, Itararé, Taquarituba, Ribeirão Grande e Itaporanga. Mais à frente será mais bem detalhado o processo de instituição deste território por meio das políticas territoriais da SDT/MDA.

Para além de tomar toda essa descrição histórica e contextual como um elemento necessário para a caracterização do Sudoeste Paulista, busca-se neste artigo interpelar tal apresentação sob um ponto de vista crítico, de modo que se identifiquem como tais processos históricos incidiram sobre as imagens construídas acerca do território pelos diferentes atores da região. Mais ainda, busca-se observar como tais processos conferem subsídios para a construção de discursos e narrativas sobre o Sudoeste Paulista de maneira a lhes impor diferentes “territorialidades” (RAFFESTIN, 1993).

Nesse sentido, durante as pesquisas de campo foi possível identificar e interpretar pelo menos quatro narrativas que se apropriam de maneira distinta da trajetória histórica do Sudoeste Paulista, desencadeando, por sua vez, diferentes territorialidades. A primeira delas, articula elementos discursivos como sustentabilidade e conservação ambiental, e toma o processo histórico de ausência dos ciclos tradicionais de desenvolvimento do Sudoeste não em algo negativo, mas numa possibilidade concreta para se estruturar novas estratégias de desenvolvimento. Na linha do que chamam atenção Carrière e Cazella (2006), parece haver uma conversão de um processo histórico negativo do ponto de vista da ortodoxia econômico em um novo, ativo, ou em um recurso em potencial a ser explorado. No caso do Sudoeste, os grupos sociais que representam o fortalecimento da atividade turística na região parecem fazer uso deste discurso “possibilista” ao apropriarem-se da história desta maneira para configurar uma *territorialidade da sustentabilidade*.

Também o fazem, embora em outros contornos e privilegiando o abandono histórico dos “agricultores familiares” e a dimensão da pobreza rural, os defensores da abordagem territorial e alguns

representantes da agricultura familiar, os quais buscam enfatizar a necessidade de um projeto de desenvolvimento integrado e integrador. Assim, esta seria a segunda narrativa sobre o Sudoeste Paulista, a qual ganha força a partir do estopim proporcionado pelas políticas públicas da SDT/MDA, e que configuram o que chamaremos aqui de *territorialidade das políticas públicas*, referindo-nos especificamente aos programas que promovem o desenvolvimento territorial, conforme veremos mais adiante.

A terceira narrativa deste processo de construção de significados para a história e o consequente estabelecimento de prioridades para o presente e o futuro em termos de opções de desenvolvimento diz respeito à conotação essencialmente agrícola atribuída ao Sudoeste Paulista. Como já dito, a região recebe o título de *celeiro do estado* em função da trajetória vinculada à produção de alimentos, como feijão, milho e, mais recentemente, soja e *pinus*. O elemento de apropriação aqui se refere ao discurso de que, embora tenha ocorrido um esquecimento histórico, e o Sudoeste ainda careça de infraestrutura e logística para se tornar um centro agrícola, é possível apostar no território como um polo produtor de alimentos, como um novo centro do agronegócio capaz de garantir altos índices de produtividades. Trata-se no caso da *territorialidade do agronegócio*.

Por fim, a quarta narrativa identificada diz respeito às articulações promovidas pelo Movimento Sem Terra (MST), que, a partir de processos históricos de luta pela terra na região, revelam a dimensão dos constantes conflitos fundiários, tanto com relação ao Estado como com relação ao avanço do agronegócio. A organização política militante, a construção de uma territorialidade a partir das articulações nos assentamentos da fazenda Pirituba, e a busca pela

visibilidade da questão agrária são componentes centrais da territorialidade camponesa construída pelo MST no sudoeste paulista.

Vejam os um pouco mais detalhadamente cada uma dessas narrativas, levando em conta as ideias de Foucault (2010) e atentando para o fato de que discursos e narrativas se expressam não só na produção de verdades sobre a realidade, mas também nas práticas que compõem um quadro de relações de força, disputas, no plano material e no plano discursivo. Assim, o discurso e a produção de narrativas não seriam apenas o veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, principalmente, um objeto de disputa política, algo de que os grupos desejam se apropriar para colocar em operação determinada visão de mundo, ou, para balizarmos os termos entre Foucault e Raffestin, determinada *territorialidade*.

#### **4. As políticas públicas e a construção da ideia de desenvolvimento territorial**

##### **4.1 A territorialidade das políticas públicas**

Assim como em vários outros contextos, no sudoeste paulista, as políticas públicas cumprem um papel importante de organização das práticas e das condutas de vários atores sociais, particularmente daqueles que passam a com ela interagir (Wright, Shore e Però, 2011). Este processo pode ser também observado no que diz respeito às políticas públicas para a agricultura familiar, especialmente na construção de uma ideia peculiar sobre como compreender o território. Refiro-me, no caso, às políticas públicas que promovem o

“desenvolvimento territorial” e a chamada abordagem territorial, organizadas pela SDT/MDA.

Porém, no contexto específico da região, a existência de uma gama diversa e, por vezes, desarticulada de ações de territorialização provenientes do Estado configura processos difusos, que conferem certa imprecisão à noção de território.<sup>7</sup> De todo modo, serão apresentadas e debatidas aqui apenas as políticas públicas ligadas à SDT, que são as iniciativas que de fato buscaram uma organização com base na ideia de desenvolvimento territorial, e que pleiteiam a construção política de um tipo específico de território. Desta forma, veremos a seguir uma descrição sobre estas políticas públicas no sudoeste paulista, sobre como elas foram implementadas e o que derivou deste processo em termos de construção do território.

A primeira política pública que levaremos em consideração e que indiretamente trabalha com a temática do desenvolvimento territorial é o Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Sudoeste Paulista (Consad-SP). O consórcio foi formado no bojo do Programa Fome Zero, executado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e

---

<sup>7</sup> No que diz respeito à organização político-administrativa estabelecida pelo governo do estado de São Paulo, o Sudoeste Paulista pertence à Grande Sorocaba, mais precisamente, à sub-região de Itapetininga. No enfoque de planejamento e gestão com base nos recursos hídricos, utilizada também por algumas políticas do governo do estado, principalmente na área de meio ambiente, o Sudoeste está contido na bacia hidrográfica do Alto do Paranapanema. Outra possibilidade de nomenclatura para a região é Verde Sudoeste, utilizada pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo, no intuito de ressaltar suas qualidades e atrativos naturais característicos. Por fim, o Sudoeste Paulista é também considerado pelo MDA como um TR e como território de cidadania. Essa polimorfia de agrupamentos entre os municípios faz com que as fronteiras do Sudoeste Paulista assumam contornos difusos, tornando-se difícil falar da região como um espaço geograficamente delimitado, em um contexto em que esta palavra se relacione a bases geográficas muito distintas.

Combate à Fome (MDS), mais especificamente no escopo da então Secretaria Extraordinária de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo implantado no sudoeste paulista em 2004. Originalmente, apesar da denominação consórcio, o Consad estabeleceu-se como uma associação de municípios para o debate e o fortalecimento das ações referentes à temática da segurança alimentar e nutricional. Desde o seu início, o Consad sempre prezou pela aproximação e pelo diálogo entre o poder público e a sociedade civil, estratégia que teve altos e baixos ao longo dos anos. Há que se ressaltar que, institucionalmente, a estrutura do Consad não prevê qualquer espaço de diálogo com os atores sociais representantes do mercado, uma vez que o modelo de representação estabelecida por esta política do MDS é de um terço de membros para o poder público e dois terços para a sociedade civil.

Já no ano seguinte, em 2005, o Sudoeste Paulista começa a ser reconhecido pela SDT como um território rural (TR) referente ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), e passa então a adotar a abordagem territorial como estratégia explícita e prioritária para a execução das políticas públicas para a agricultura familiar. Mesmo o Consad sendo uma política que privilegiava a atuação em escala supramunicipal, o consórcio não tinha como foco a articulação de ações setoriais nos espaços rurais, o que passa a ser um diferencial a partir do Pronat.

O Pronat tem como foco os ambientes rurais, sendo o público-alvo de suas ações a agricultura familiar, os quilombolas e os assentados da reforma agrária. A institucionalidade estabelecida pelos territórios rurais atrela-se a uma opção de descentralização da gestão das políticas públicas, prevendo espaços de governança nos territórios compostos por sociedade civil e poder público local, em conexão com a estrutura

administrativa do MDA, no contexto federal. No caso do sudoeste paulista, quando esta política se estabelece, encontra toda a estrutura de governança já articulada pelo Consad. Assim, no lugar de constituir outro colegiado para a gestão destas novas ações, opta-se pela incorporação da estrutura do Consad como espaço de governança das políticas territoriais do MDA.

Embora a seleção dos territórios beneficiados pela política pública em questão tenha relação direta com a presença de elevados índices de pobreza rural e concentração de agricultores familiares ou comunidades tradicionais, há também que considerar o contexto social em que esta política pública se estabelece. No caso do sudoeste paulista, a experiência do Consad e todas as articulações anteriormente realizadas no que diz respeito aos debates sobre desenvolvimento local e segurança alimentar e nutricional acabam incidindo sobre o processo de implementação do Pronat e, em seguida, do PTC. Ou seja, a política não se estabelece em um vazio social, mas é obrigada a dialogar com as dinâmicas e as estruturas pré-existentes, no caso, relacionadas à forma de organização e relacionamento de um grupo seletivo de atores que já se articulavam coletivamente mesmo antes do Consad, segundo relatado nas entrevistas.

Em 2009 ocorre a chegada do PTC, que pode ser entendido como um desdobramento mais ambicioso da política de territórios rurais. A proposta deste programa é fortalecer a abordagem territorial já em curso por meio da incorporação de um enfoque interministerial, que canalizaria para os territórios diferentes ações setoriais e teria como desafio articulá-las de maneira mais horizontalizada. Isto seria feito mediante estruturas de governança mais robustas, colocando em

interação diversos entes do governo federal, representantes e esferas do governo estadual e os atores locais.

No PTC, em virtude do maior papel atribuído ao poder público, alinhado à orientação interministerial, as recomendações gerais são de que os colegiados sejam compostos metade por representantes do Estado e metade pela sociedade civil, diferentemente do que foi instituído no Pronat e no Consad. No caso do Consad, composto por membros de dezesseis municípios, a representação não segue a orientação do PTC, uma vez que cada município é representado por dois membros do poder público e por quatro membros da sociedade civil. Ao todo são 96 participantes no colegiado do território, que possui dois terços de representação da sociedade civil e um terço do poder público.

A noção que se tem é que não existem rupturas ou mudanças significativas e que as três políticas fazem partes quase que imperceptíveis de um mesmo processo proveniente do governo federal, o que culmina na construção de uma ideia do Sudoeste Paulista como território. Ao narrarem a história destas políticas territoriais, os membros do colegiado parecem enunciá-las como se fossem a mesma coisa. Na realidade, como se trata de um mesmo grupo de atores que, em linhas gerais, observam estas políticas como oportunidade de acesso a recursos e como chance de construção de um projeto político específico de fortalecimento da agricultura familiar, o que ocorre nos depoimentos é uma espécie de autorretrato destes atores. Isto evidencia o desenrolar de um grupo político que já vinha se perpetuando e que agora assume a chave discursiva do território, muito em função da influência (ou “exigência”) de políticas territoriais que condiciona a participação a este “rótulo territorial”.

De todo modo, mesmo dentro desse grupo mais restrito, recortado, ocorrem disputas na esfera da agricultura familiar. Uma questão bastante evidente diz respeito ao constante embate entre os órgãos ligados ao governo do estado voltados para a agricultura familiar – a Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati) e o Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), em menor medida – e o Consad, órgão responsável pela articulação das políticas do governo federal, como vimos. O caso da Cati, que se responsabiliza pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no estado de São Paulo, é um exemplo disso. Esta instituição, além de trabalhar com recortes espaciais substancialmente distintos dos utilizados pelas políticas federais (o que gera uma série de complicações de gestão e coesão entre os municípios), também não recebe autorização formal do governo do estado para participar ativamente das articulações das políticas do governo federal. No sudoeste paulista, recentemente quando o Consad articulou uma iniciativa de peso para discutir a Ater no território, a Cati não disponibilizou seus técnicos para o trabalho conjunto.

Outra evidência dessa disputa política consiste no fato de o governo do estado ter lançado no início de 2012 uma política pública que, na prática, é muito semelhante ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), iniciativa do governo federal que no sudoeste paulista é articulada pelo Consad. Refiro-me ao Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), que não necessariamente compete com o PAA, uma vez que oferece outra possibilidade de comercialização com mercados institucionais para os agricultores, mas lhe estabelece um contraponto em termos políticos, ao buscar consolidar uma política própria do governo do estado nesta área de atuação. Vale também destacar que a ideia *agricultura de interesse social* parece ser

também uma alternativa ao termo *agricultura familiar*, estruturando também uma disputa no campo semântico.

Mais recentemente, no estado de São Paulo, a presidência do Consad passou a ser ocupada por uma liderança do movimento sindical rural que representa a Federação da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo (FAF) e a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Fetraf). Neste sentido, destaca-se a maior visibilidade da política externa do sudoeste paulista, principalmente com o ganho de espaço e canais de trânsito nas instâncias de negociação de alguns ministérios em Brasília. Entretanto, alguns representantes do Consad apontam que o esforço em estabelecer conexões políticas fora da região tem como contrapartida um processo de distanciamento do Consad de suas bases sociais locais.

Em suma, todo esse retrato, tanto das políticas públicas territoriais quanto, principalmente, da apropriação que os atores fazem delas, conformando nisto o campo de disputas em torno da ideia de agricultura familiar e de território (do desenvolvimento territorial), são elementos importantes que evidenciam o fato de que, embora se fale em território, na realidade trata-se de uma construção política de um grupo específico ligado à questão da agricultura familiar. Como já apontava Montenegro (2006), também no sudoeste paulista é possível dizer que o “território do desenvolvimento territorial” traz consigo algumas ideias e noções que buscam propagar o território como uma região isenta de conflitos, onde se busca a cooperação, a sustentabilidade e o consenso entre os distintos atores e os seus interesses, sem revelar as assimetrias e as relações de poder intrínsecas à própria ideia de território. É este, em linhas gerais, o retrato da *territorialidade das políticas públicas*.

**5. O “lado de fora” da política pública: o turismo como nova vocação; a territorialização recente do agronegócio; e a história da luta pela terra**

Durante as pesquisas de campo<sup>8</sup>, foi possível perceber e acompanhar outras dinâmicas sociais de organização e construção da ideia de território que vinham sendo desenvolvidas no sudoeste paulista, para além daquela relacionada às políticas do MDA que acabamos de descrever. É importante ressaltar que a pesquisa teve como intuito inicial justamente a análise das dinâmicas relativas às políticas públicas de desenvolvimento territorial. Entretanto, ao longo dos trabalhos e das visitas a campo, percebeu-se que estas seriam apenas uma peça no complexo mosaico de iniciativas que buscavam intervir e falar sobre e em nome do “território” sudoeste paulista, o que demonstrou a necessidade de inseri-las em um campo de relações mais amplo, em que diferentes interesses são colocados em jogo por meio de estratégias igualmente distintas. Neste sentido, esta seção tem por objetivo apresentar e descrever três outros projetos políticos de território que buscam incidir sobre o sudoeste paulista. O foco das

---

<sup>8</sup> Vale ressaltar que, entre 2011 e 2012, foram realizadas três inserções em campo, sendo a primeira um estudo de caráter mais exploratório; a segunda, voltada para a compreensão das questões atinentes às políticas públicas territoriais; e a terceira com o objetivo de apreender e observar os outros processos de territorialização ou de significação do território existentes no Sudoeste Paulista. Fora este conjunto de pesquisas de campo de caráter mais “formal” e dirigida, foram realizadas outras visitas ao Sudoeste Paulista, não necessariamente com o objetivo de realizar pesquisa, mas que, pela vivência e observação constante da realidade local, informaram também muito sobre as dinâmicas sociais ali existentes.

discussões centrar-se-á em uma descrição breve de tais iniciativas e do processo de produção de suas territorialidades.

### 5.1 A territorialidade da sustentabilidade

No que diz respeito às emergentes articulações circunscritas na proposta do desenvolvimento da atividade turística na região, observa-se que seu ator central é o Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo (Condersul), organização composta por prefeitos de dezesseis municípios do sudoeste paulista. As movimentações deste consórcio apontam para uma intenção de reconstituição da identidade territorial da região, ou melhor, da sua “vocação territorial” centrada na proposta turística, cujo principal eixo de sustentação seriam as ações do Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MT), que constitui o referencial de base territorial do Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT). No bojo desta política pública, que tem como objetivo fomentar a construção de articulações intermunicipais para o turismo, o sudoeste paulista foi rebatizado de região turística Verde Sudoeste Paulista, uma alusão e exaltação à sua dimensão natural, que fundamentou o processo de escolha da área como uma região prioritária do MT.

O Condersul, órgão interlocutor e responsável pela gestão da política no território, vem promovendo alguns fóruns de discussão pública no intuito de debater o desenvolvimento da proposta turística a partir da contribuição e dos interesses dos municípios envolvidos, bem como dos representantes da sociedade civil e do setor privado. Durante o período de trabalho de campo, entrevistei alguns dos atores que se

articulam em torno da proposta do turismo, bem como participei do II Fórum Regional de Turismo Verde Sudoeste Paulista.

Nas entrevistas e na participação nos espaços de diálogo sobre turismo, foi possível perceber que a construção de uma nova proposta de identidade ao sudoeste paulista é uma questão bem clara e assumida entre os participantes do segmento turístico. Busca-se delimitar uma ideia de identidade coletiva e regional a partir da bandeira do turismo, que passa a ser encarada como principal atributo da região, em especial no diálogo com a utilização das unidades de conservação como opção de lazer e visitação. O que sucede é um movimento de grupos sociais específicos, que propõem uma transformação na trajetória do desenvolvimento da região e a construção de uma nova narrativa para o sudoeste paulista, a qual incorpora o setor turístico como estratégia central, subsumindo o caráter agrícola e as disputas agrárias que lhe são também característicos.

Ainda no âmbito da descrição do Condersul, a participação nos espaços ali proporcionados restringe-se basicamente aos representantes do poder público de alguns municípios (haja vista que se trata de um consórcio entre prefeituras), que parecem ter tomado o turismo como aposta inovadora para a região, contando ainda com a participação discreta de alguns grupos da iniciativa privada, como consultores, gestores das unidades de conservação da região e poucos representantes do terceiro setor (organizações não governamentais – ONGs).

É também relevante enfatizar a existência de algumas dinâmicas de relacionamento entre Consad e Condersul. Atualmente ambos têm suas sedes em um mesmo espaço físico, de propriedade do Condersul. O movimento de aproximação veio com a chegada das políticas de

desenvolvimento territorial do MDA, muito em função da suposta possibilidade de novas fontes de recursos para investimentos, o que de imediato atraiu o interesse dos prefeitos. Entretanto, são poucas as articulações conjuntas, dado que o Condersul parece ter como foco somente as ações voltadas ao turismo, enquanto que o do Consad diz respeito quase que exclusivamente à agricultura familiar.

## 5.2 A territorialidade do agronegócio

Outro processo de territorialização que foi identificado e descrito a partir das pesquisas de campo diz respeito ao que, genericamente, chamarei de *iniciativa do agronegócio*. Mesmo entendendo que os atores e as práticas que se organizam em torno da ideia de agronegócio sejam vários e distintos, optarei por promover um retrato do que foi possível observar e interpretar das estratégias de organização e reprodução (simbólica e material) da agricultura patronal no sudoeste paulista, as quais, como veremos a seguir, ganham escala importante nos últimos anos.

Nos anos recentes, o agronegócio vêm se desenvolvendo com bastante intensidade no sudoeste paulista, fazendo com que a região fosse rebatizada com o título de celeiro do estado. Esta denominação é ilustrativa das estratégias de significação e conotação do território, em especial por ser propagandeada e reproduzida pelas instituições do governo estadual, em especial a SAA, o que caracteriza uma aproximação importante e histórica entre estes atores, conforme veremos mais adiante.

Em 2009, a atividade agropecuária representava 43% dos estabelecimentos no sudoeste paulista, seguida pelo comércio com 36%.<sup>9</sup> A agricultura é atividade frequente em todos os municípios, inclusive em Itapeva, principal centro urbano do sudoeste paulista. A coexistência entre agronegócio e agricultura camponesa é característica marcante na região, embora o processo de avanço da grande propriedade, principalmente do arrendamento de terras, venha configurando uma situação alarmante de desmobilização e fragilização das possibilidades de manutenção da agricultura camponesa. No que diz respeito à questão fundiária, embora existam questões históricas de disputa pela terra na área, conforme veremos adiante, os conflitos assumem um caráter sempre velado, e o arrendamento de terras, seguido pela venda da propriedade pelo agricultor familiar, apresenta-se como característica preponderante, marcando um quadro de expropriação intensa que não cessou com a diminuição dos conflitos mais explícitos. Ainda neste sentido, um dos principais problemas no meio rural da região é a ausência de regularização fundiária das pequenas propriedades rurais, sendo que grande parte dos agricultores familiares não possuem os títulos de suas terras, o que agrava ainda mais o processo de expulsão indireta destas famílias do campo.

Como mencionado anteriormente, vê-se que, em termos da evolução da produção agrícola, os cultivos do agronegócio crescem vertiginosamente, enquanto os gêneros característicos da agricultura familiar apresentam decréscimo. Lavouras de soja e de milho, em sistema de monocultura, tiveram crescimento em taxas de 926% e 99%, respectivamente, entre os anos de 1990 a 2004, enquanto o feijão,

---

<sup>9</sup> Informações obtidas na Sebrae-SP e no Relatório Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego (Rais/MTE).

importante gênero da composição alimentar, teve queda de 5% na mesma época. A pecuária de corte, também bastante presente na região, e a exigência de grandes áreas de pastagem compõem uma realidade que compete em termos espaciais com a silvicultura e a soja.

O crescimento vertiginoso da produtividade da sojicultura no sudoeste paulista vem ganhando proporções importantes no contexto nacional e internacional. Frequentemente, os grandes produtores de soja recebem visitas de pesquisadores de outros países para conhecer as técnicas que garantem tão alto nível de produtividade.<sup>10</sup> É importante frisar que, quase que em sua totalidade, a produção de grãos ali é realizada com base no uso intensivo de insumos químicos, incluindo os chamados agrotóxicos, que causam impactos nocivos à saúde humana e ao ambiente. Seus efeitos não se restringem à área de aplicação, mas afetam um contexto muito mais amplo.

Há também que se ressaltar a presença massiva Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), que mantém escritórios e centros de pesquisa em Capão Bonito, Itapeva e Itaberá, evidenciando o apoio estatal à pesquisa voltada diretamente ao agronegócio. Ainda no que se refere às atividades agrícolas, é possível verificar, nos anos mais recentes, um processo de intensificação da silvicultura, que, embora proveniente de algumas décadas anteriores – principalmente a exploração de araucárias proveniente do norte do Paraná – cresce em um ritmo que altera significativamente a composição da paisagem rural, com plantações de *pinus* e eucalipto em escala muito mais acentuada.

---

<sup>10</sup> No período em que foram realizadas as pesquisas de campo, havia uma comitiva chinesa interessada especificamente nas técnicas de produção de soja na região.

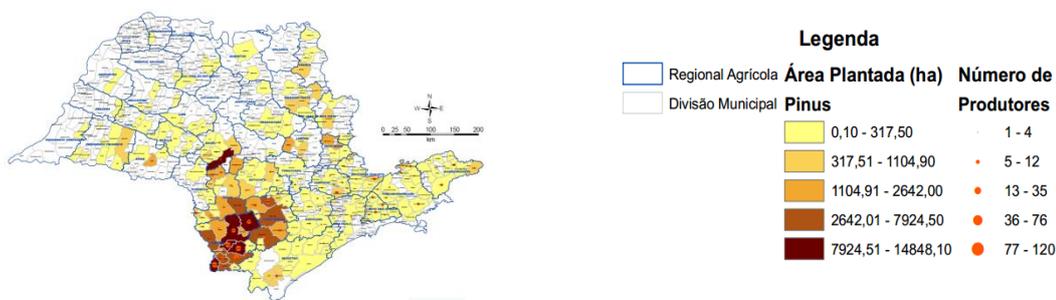
Em 2000, como nos mostram os dados do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), a produção de toras de madeiras no território sudoeste do estado era de 1,7 milhões de unidades. Já em 2003, percebe-se um crescimento agudo da atividade, chegando a um total de 2,9 milhões de toras de madeira. A Fibria, empresa do grupo Votorantim para o ramo de papel e celulose, tem presença marcante na região, inclusive com uma unidade experimental para produção de mudas especiais de *pinus* e eucalipto no município de Itapeva, perto do Quilombo do Jaó, comunidade tradicional que vem sofrendo intensas pressões com o avanço das plantações de soja e eucaliptos.

A abrangência da silvicultura no sudoeste paulista desencadeia e estimula processos paralelos que dão sustentação e fortalecimento à silvicultura, caso da instalação do curso de nível superior de Engenharia Industrial Madeireira, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), em Itapeva. Diga-se de passagem, esta é atualmente uma das raras opções de cursos de nível superior oferecida por uma universidade pública na região, apesar da grande demanda por vagas, o que demonstra a capacidade de influência direta do setor madeireiro na região.

De todo modo, nos municípios inseridos em áreas próximas aos grandes parques naturais (Parque Carlos Botelho e Parque Intervales) a agricultura patronal parece não estar ampliando sua fronteira agrícola de modo acentuado, como é o caso dos municípios de Guapiara e Ribeirão Grande, demonstrando bons resultados em termos de conservação de áreas naturais. Entretanto, é sabido que as plantações de eucalipto e o aumento das áreas de cultivo de grãos também contribuem negativamente para os índices preocupantes de desmatamento da cobertura vegetal, principalmente nos municípios

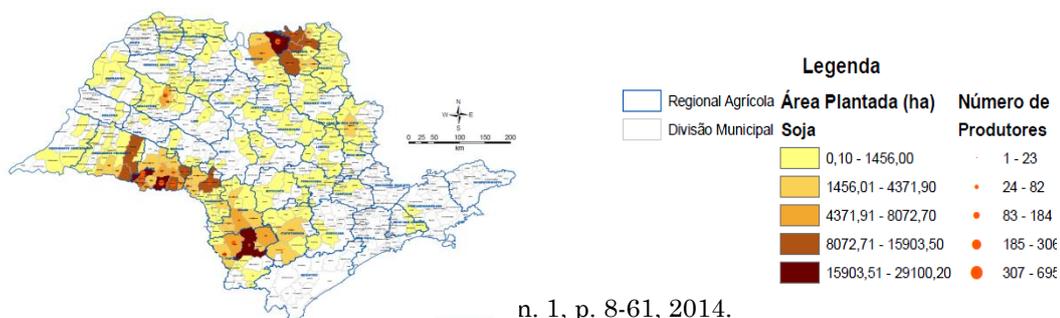
onde o monitoramento ambiental é menos evidente. Dos quinze municípios do sudoeste paulista, dez apresentam taxas expressivas de redução da cobertura vegetal (MDA, 2007).

As figuras 3 e 4 retratam a espacialização do cultivo de *pinus* e soja no estado de São, e demonstram a concentração destas atividades na região.



**Figura 3: produção de pinus em São Paulo**

Fonte: Cordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati (2008)



n. 1, p. 8-61, 2014.

**Figura 4: produção de soja em São Paulo**

Fonte: Cordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati (2008)

Em termos de estratégias de organização territorial, não foi possível identificar uma iniciativa que se proponha organizar os interesses dos atores e construir a ideia de território ou de uma abordagem territorial/regional, como vimos no caso das iniciativas do turismo e da agricultura familiar. De todo modo, outras formas de organização e de condução dos interesses cumprem este papel por meio de estratégias diversas, que vão, aos poucos, consolidando a força e a expressividade do agronegócio na região.

A questão mencionada anteriormente, sobre o título de celeiro do estado e a proximidade desta ideia com as instituições do governo estadual (Apta e SAA), configura um eixo a ser explorado. É sabido que o hoje chamado agronegócio paulista tem suas origens numa relação de proximidade entre a elite agrária paulista e a consolidação das instituições do governo de São Paulo voltadas ao planejamento, à pesquisa e à intervenção sobre o rural, em especial a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Instituto Agrônomo de Campinas (GONÇALVES, 1993; BERNARDINI, 2011). Inclusive, o caráter altamente “industrializado” das cadeias agrícolas de São Paulo remete diretamente a uma orientação técnico-política que ordenou o perfil das políticas do governo do estado para a agricultura, calcadas na intensa produção científica de instituições como a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP) e o Instituto Agrônomo de Campinas, as quais, por sua

vez, estavam fortemente conectadas ao padrão de ensino agrônomo norte-americano (MENDONÇA, 2010).

Menciono essas articulações apenas para evidenciar que o agronegócio no estado de São Paulo (e no sudoeste paulista isso não é diferente) é sustentado por associações e vínculos políticos e institucionais<sup>11</sup> densos e históricos, que configuram um emaranhado de relações entre empresas multinacionais, instituições do estado, agências de pesquisa agrícola e representantes locais das tradicionais elites latifundiárias.

Calcado neste mesmo *background* político e institucional está também o progressivo avanço das empresas do agronegócio na região estudada. Como dito anteriormente, muitas delas passam a investir mais pesadamente no sudoeste paulista nos anos mais recentes, e vão aos poucos organizando não somente a paisagem rural como também a urbana. Ao longo das ruas de vários dos municípios encontramos placas e *outdoors*, utilizados como estratégias de marketing destas empresas, que buscam propalar a ideia de que o sudoeste paulista é o novo celeiro do estado de São Paulo.

Juntamente com toda essa propaganda que busca exaltar uma suposta sustentabilidade da atividade agrícola, é possível também verificar a proliferação de estabelecimentos comerciais voltados ao mercado de insumos agrícolas, bem como o aumento do número de empresas ligadas às atividades de armazenamento e distribuição dos produtos agrícolas, em especial da soja. Ou seja, não só o campo, mas

---

<sup>11</sup> Em uma entrevista feita com representantes da Apta no município de Capão Bonito, ficou bastante evidente os esforços institucionais para as pesquisas e para a articulação política de subsídios que incentivem o desenvolvimento da cultura da soja, por exemplo, em detrimento das iniciativas de melhoramento de gêneros característicos da agricultura familiar.

também as cidades vão sendo reorganizadas a partir da atividade do agronegócio. Talvez o ápice disto que, usando a terminologia de Raffestin (1993), poderíamos chamar de *territorialidade do agronegócio*, é a realização da Agrovia, uma feira de exposição agropecuária realizada anualmente em Itapeva, que vem a cada ano aumentando exponencialmente de tamanho e atraindo cada vez mais o interesse das empresas multinacionais do ramo do agronegócio.

Por fim, é importante frisar uma ligeira diferença percebida entre, de um lado, o setor do agronegócio mais “convencional”, ligado principalmente à atividade de cultivo da soja, e, por outro, a atividade de silvicultura, que se conecta a outra lógica de ação, sustentando-se a partir de correlações políticas e institucionais também distintas. Como vimos anteriormente, a principal empresa ligada ao ramo da silvicultura no sudoeste paulista é a Fibria, ligada ao grupo Votorantim, o qual também atua fortemente na região, no setor da mineração. Trata-se, no caso, de uma das maiores empresas brasileiras (e do mundo), que possui uma enorme capacidade de diversificação das suas atividades, e que, por essa razão, possui também um trânsito de seus interesses bastante importante, mas não exatamente pela mesma via e pelas mesmas conexões históricas do setor do agronegócio “convencional”.

Em termos de discursivo, a justificativa para a ação e o avanço volumoso das plantações de *pinus* e eucalipto no sudoeste paulista obviamente não têm correlação direta com a ideia da região como o celeiro do estado, uma vez que não se trata de uma produção de gêneros alimentícios. A chave semântica que sustenta a silvicultura baseia-se nos já conhecidos desvios e apropriações que o termo sustentabilidade suscita. Ou seja, tomar a produção de *pinus* e eucalipto para fins de produção de celulose, resina e madeira como uma ação de

reflorestamento é um artifício semântico para composição de um quadro cognitivo de aceitabilidade. Este cenário inclusive permite que a atividade seja ampliada, o que obscurece, por vezes, todo o processo negativo de avanço dos eucaliptos sobre áreas de agricultura camponesa e comunidades tradicionais antes voltadas para a produção agrícola de gêneros alimentícios.

### **5.3 A narrativa da questão agrária e da luta pela terra**

O papel e a história do MST no sudoeste paulista são bastante conhecidos e foram já amplamente retratados por uma série de estudos, pesquisas e trabalhos acadêmicos e não acadêmicos que objetivaram descrever o processo de construção do movimento na região, particularmente a constituição dos assentamentos da fazenda Pirituba, localizados em Itapeva e Itaberá.

De qualquer maneira, é importante retratar, assim como apontam Bombardi (2005) e Reis (2013), que a luta pela terra no sudoeste paulista precede a organização do MST na localidade, dado que há registros de uma série de conflitos fundiários que remontam ao período entre 1950 a 1980. Segundo Bombardi (2005), ainda durante a década de 1950, a área que veio a ficar conhecida como fazenda Pirituba tornou-se terra pública do governo estadual, após a Companhia Angatuba (proprietária das terras) entrar em processo de falência.

Naquele período, assim como era frequente em todo o rural paulista, a região da fazenda Pirituba era marcada pela presença de

camponeses posseiros, parceiros e arrendatários,<sup>12</sup> mas os planos do governo estadual àquela época para a área eram outros, e não levavam em consideração a população de camponeses. Em função do problema de abastecimento nacional de trigo proveniente da Europa, cujo comércio foi inviabilizado em decorrência da II Guerra Mundial, buscavam-se alternativas para o aumento da produção interna do produto. A região apresentava clima propício para a atividade, e foi em função disso que o governo estadual optou por experimentar, na área da fazenda Pirituba, a produção de trigo. Para tanto, cedeu estas terras para um agrônomo italiano cujo nome era Lino Vicenzi, o qual coordenaria um projeto de colonização da área por meio do incentivo à vida de imigrantes italianos que ocupariam a terra e cultivariam o trigo.

No entanto, como retrata Bombardi (2005) Vicenzi geriu o projeto a partir de uma lógica privada que expulsou grande parte das famílias camponesas ali residentes e cobrou de outras uma renda pelo uso da terra, o que desencadeou uma série de conflitos na região. Inevitavelmente, esse processo resultou na exclusão dos camponeses e na concentração das terras por grandes proprietários, em geral pecuaristas, cuja atividade passava a se desenvolver paralelamente ao projeto de cultivo do trigo. Este processo de concentração fundiária se estendeu desenfreadamente, até que, em 1962, como efeito direto da Lei de Revisão Agrária, o então governador Carvalho Pinto requereu de volta as terras da fazenda Pirituba no intuito de estruturar um novo projeto de colonização, desta vez levando em consideração os camponeses que tradicionalmente ocupavam a área. Instaurou-se nessa

---

<sup>12</sup> Antonio Cândido (2003) retratou de maneira célebre as práticas e os modos de vida dessas famílias camponesas.

época um conflito intenso entre o Estado e os grandes proprietários, que se recusavam a desocupar a área.

Entretanto, a conjuntura histórica relacionada ao Golpe Militar de 1964 confluiu para o arrefecimento do processo de recuperação da área pelo Estado, bem como do projeto de colonização ali previsto. Segundo Ana Terra Reis (2013 p. 125), ao longo do período de ditadura “O que se viu (...) foi um amplo processo de grilagem das terras, de acordo com o interesse dos grandes proprietários e dos funcionários públicos responsáveis. Formaram-se grupos de proprietários que passaram a explorar a área.”

É somente no início da década de 1980, já no período em que a ditadura militar apresentava sinais de desgaste e quando outras forças políticas começavam a articular o processo de redemocratização, que o governo estadual passa a pressionar mais fortemente os proprietários-invasores a desocuparem a área, realizando o despejo de vários ocupantes irregulares. Como consequência desta conjuntura favorável, grupos de camponeses que permaneciam na região passaram a se organizar em ocupações, reivindicando as terras perante o Estado. Um grupo composto por 250 famílias ocupou uma área da Fazenda, que, em 1984, tornou-se o primeiro assentamento da localidade, a Agrovila I do Projeto de Assentamento (PA) Pirituba II.

É importante ressaltar que este mesmo grupo mais tarde comporia a coordenação nacional do MST (REIS, 2013), revelando o diálogo e a integração do processo de luta local pela terra com a construção da agenda da reforma agrária desencadeada em âmbito nacional. Daí em diante, acompanhando justamente o clima propício e a efervescência da luta pela reforma agrária em âmbito nacional, foram

instalados mais quatro assentamentos nas terras da fazenda entre 1984 e 1992 (agrovilas II, III, IV e V) e mais dois em 2003 (agrovilas VI e VII), somando um total de 372 famílias assentadas na fazenda Pirituba<sup>13</sup>.

É justamente esse histórico de luta pela terra e de conquista dos assentamentos da fazenda Pirituba que desencadeia um processo particular de construção do território sudoeste paulista a partir especificamente da trajetória do MST na região. Os primeiros assentamentos, as agrovilas I e II, possuem já 30 anos de existência, e toda a articulação realizada nesse contexto, não só no processo de luta pela terra (acampamentos, disputas jurídicas etc.), mas também no que diz respeito à estruturação dos assentamentos, configuram uma territorialidade que procura revelar e afirmar a condição camponesa, além dos inúmeros conflitos que ainda marcam o sudoeste paulista.

Nessa trajetória de consolidação dos assentamentos, é importante destacar duas dimensões que contribuem para o fortalecimento do que chamamos aqui de territorialidade camponesa no sudoeste paulista. A primeira dimensão diz respeito a um intenso processo de organização produtiva promovido nos assentamentos por meio das várias associações, dos grupos de produção e das cooperativas criadas na localidade. Mesmo com os vários problemas enfrentados por estas iniciativas e organizações dos camponeses assentados, principalmente com relação aos efeitos perversos da adesão ao modelo de produção agrícola tipicamente utilizado pelos grandes proprietários na região (REIS, 2013), os resultados deste percurso da organização são

---

<sup>13</sup> Além das sete agrovilas da fazenda Pirituba, há ainda outros quatro assentamentos organizados pelo MST no Sudoeste Paulista: nos municípios de Apiaí, Itaberá e Riversul, totalizando mais 165 famílias assentadas.

bastante positivos, e compõem parte da identidade camponesa no Sudoeste Paulista.

Nesse sentido, cabe destaque à Cooperativa de Assentados da Reforma Agrária e Pequenos Produtores da Região de Itapeva (Coapri), que promove a diversificação produtiva nos assentamentos, ao incentivar cultivos que não só o de grãos<sup>14</sup>, e possibilita também aos assentados um canal consistente de acesso às políticas públicas do governo federal de incentivo à comercialização de produtos da agricultura familiar, como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme apontam alguns estudos (REIS, 2013; SOUZA, 2014), a experiência da Coapri destaca-se como uma das principais iniciativas de comercialização para os mercados institucionais no âmbito de organizações oriundas da reforma agrária. A Coapri, por exemplo, articula a entrega de alimentos para grandes prefeituras do estado de São Paulo, como os municípios de Suzano e Guarulhos (SOUZA, 2014).

Há, desse modo, na consolidação da dimensão produtiva da territorialidade camponesa, uma importante interlocução com as políticas públicas para a agricultura familiar. Porém, no caso do PNAE e do PAA, é importante ressaltar que se tratam de programas que estão em disputa por diversos atores no contexto do sudoeste paulista, como mostra Natália Almeida Souza (2014). O Consad, a prefeitura de Itapeva e a Cooperativa dos Produtores Orgânicos de Itapeva e Região (Cooperorgânica) também promovem articulações específicas para a construção e a condução destes programas na região, principalmente no caso do PAA. Ocorre, no caso do MST-Coapri, uma apropriação destes

---

<sup>14</sup> O feijão é o principal produto cultivado nos assentamentos.

programas como uma estratégia de viabilizar a produção dos assentados da reforma agrária e estimular a diversificação produtiva nos assentamentos, uma questão estratégica para a reprodução socioeconômica dos camponeses.

A segunda dimensão da territorialidade camponesa está relacionada à constante e histórica politização promovida pelo MST no sudoeste paulista, particularmente para a visibilidade de problemáticas que afetam direta e indiretamente os pequenos agricultores e a população rural pobre na região. Como dito antes, o caráter combativo e militante não se encerra na conquista da terra e no assentamento das famílias. O perfil de engajamento promovido pelo MST impulsiona os assentados à contínua politização e à conscientização acerca da realidade complexa em que estão inseridos. Além disto, este perfil estimula também a cooperação e a solidariedade com aqueles que ainda não possuem suas terras, de modo que os já assentados frequentemente participam de novos processos de ocupação de terras, particularmente em áreas próximas aos assentamentos onde residem. Estes e outros elementos garantem aos camponeses (ou pelo menos parte deles) vinculados ao MST um caráter constante de ação política<sup>15</sup>.

No caso do sudoeste paulista, essa politização se expressa no esforço de visibilizar algumas questões que atingem direta ou indiretamente os camponeses da região. Nas entrevistas realizadas com alguns integrantes da coordenação regional do MST, foi por vezes enfatizada a preocupação com o avanço do agronegócio na região, o qual está particularmente vinculado aos cultivos de soja (que vem pressionando os cultivos de feijão nos assentamentos), *pinus* e eucalipto.

---

<sup>15</sup> Em linhas gerais, esses são componentes do que Loera (2006) chamou de espiral das ocupações de terra.

Há também uma preocupação com o uso abusivo de agrotóxicos por estas culturas, inclusive com registro de casos de pulverização aérea do produto nas proximidades dos assentamentos. Também foi enfatizada a preocupação e a atenção que o MST dispensa na identificação e na localização das inúmeras terras públicas do sudoeste paulista, as quais vêm sendo utilizadas de modo irregular por agentes privados. Este é o caso do Horto Florestal<sup>16</sup>, localizado em Itapeva, ao lado dos assentamentos da fazenda Pirituba, e que vem sendo utilizado a partir do interesse privado de empresas do ramo da silvicultura.

É a partir da articulação dessas dimensões<sup>17</sup> que podemos identificar a formação do que chamamos esquematicamente de territorialidade camponesa no sudoeste paulista. A ideia de território promovida e propalada a partir da prática e da história do MST almeja tanto a afirmação do campesinato como um modo alternativo de produção e de vida, como também manter a atenção naquilo que Fernandes (2008) chamou de *confitualidade*, uma característica intrínseca do encontro entre determinados processos de territorialização.

## 6. Considerações finais

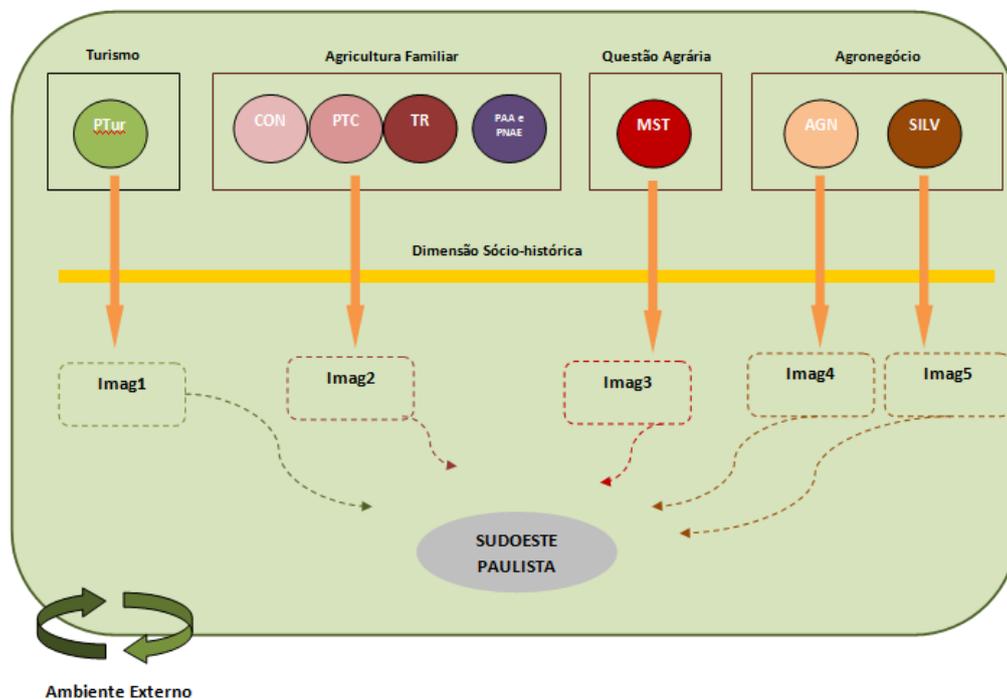
---

<sup>16</sup> Em abril de 2013 o Horto Florestal (da Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo) foi ocupado por militantes do MST, que organizaram um acampamento na localidade, reivindicando que a área fosse destinada à reforma agrária.

<sup>17</sup> Obviamente outras questões e elementos poderiam ser acrescentados a esses aqui elencados na descrição da territorialidade camponesa.

Após a apresentação desse emaranhado diverso que chamamos aqui de diferentes processos políticos de significação do território (ou territorialidades), cabem algumas considerações finais. A proposta de superar a percepção de que território está associado ao contexto específico da política pública de desenvolvimento territorial é um primeiro ponto sobre o qual podemos refletir. Inicialmente, esta pesquisa estava estruturada para compreender e analisar os efeitos e as propostas atinentes aos programas de promoção desenvolvimento territorial (Pronat e PTC), e tinha como objetivo principal estudar as ações do Consad, principal espaço de articulação e implementação destas políticas públicas. De todo modo, já no primeiro ciclo de pesquisas de campo, ainda em 2011, foi possível perceber que o território de que se falava no contexto do Consad não incluía uma enorme diversidade de processos e iniciativas que pareciam caracterizar e compor o cenário político no sudoeste paulista. Foi justamente a partir desta suposição que a pesquisa deu uma guinada no sentido de buscar compreender estes outros fenômenos sociopolíticos, tentando captar suas propostas e seus projetos de construção e produção de significados sobre o sudoeste paulista.

A figura 4 busca representar, mesmo que esquematicamente, a ideia de produção e significação da ideia de território no contexto do sudoeste paulista.



**Figura 4: Produção de territorialidades no Sudoeste Paulista**

Elaboração do autor.

Obs.: PTur – Políticas de Turismo; AGN – Agronegócio; SILV – silvicultura; COM – Consad; PTC – Territórios da Cidadania; TR – Territórios Rurais; PAA – Programa de Aquisição de Alimentos; PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

A proposta do esquema é apenas ilustrar as discussões já apresentadas. De todo modo, cabem também algumas reflexões finais sobre ela. Se, como vimos, por um lado, as políticas de desenvolvimento territorial do MDA (CONS, TR e TC) produzem uma narrativa calcada em uma estrutura discursiva que aciona o elemento território como componente mobilizador (mesmo que esteja articulando apenas um segmento específico da “agricultura familiar”) capaz de propor um projeto de desenvolvimento que integre o urbano e o rural, que seja multissetorial etc., por outro, as iniciativas do agronegócio e da

silvicultura, mesmo sem a mobilização da terminologia território, produzem intensos processos de significação (Imag4 e Imag5). Calcados em ideias-força, como produtividade, produção de alimentos e sustentabilidade, por meio de construções discursivas, estes processos de significação garantem um respaldo significativo e uma conotação que transmitem um caráter eufêmico e proporcionam possibilidades de avanço para seus projetos de desenvolvimento (sojicultura e silvicultura em larga escala). Vale também ressaltar a diferença do potencial de intervenção destes dois projetos. Enquanto são extremamente visíveis o impacto e o avanço do agronegócio na transformação da paisagem do sudoeste paulista, do lado das políticas territoriais com foco na agricultura familiar pouco se vê em termos de iniciativas com potencial de articulação, sendo que os projetos propostos são demasiadamente tímidos, mal conseguindo articular os próprios agricultores familiares da região.

Ainda no campo de disputa pelo território no sudoeste paulista, para mantermos a referência ao pensamento de Bourdieu, temos o caso das articulações em torno dos assentamentos da fazenda Pirituba, promovidas pelo MST. O que chamamos acima de territorialidade camponesa, para enfatizar e trazer à tona a questão agrária e os conflitos no sudoeste paulista, funciona como um contraponto e uma alternativa ao discurso de verdade produzido e propalado pelo agronegócio. Ao mesmo tempo, em que pesem as inúmeras restrições e diferenças, essa territorialidade camponesa apresenta também algumas complementaridades com relação às políticas públicas para a agricultura familiar, particularmente no que diz respeito aos programas que estruturam os mercados institucionais (PAA e PNAE).

Há também as articulações promovidas por meio do PNRT, o qual visa construir uma proposta diferenciada para o desenvolvimento do sudoeste paulista com base em iniciativas que articulem sustentabilidade e turismo, unindo em grande medida os atores vinculados à construção e à manutenção das unidades de conservação do sudoeste paulista.

Superar, portanto, os limites da proposta de desenvolvimento territorial das políticas públicas do MDA demasiadamente restritos ao escopo da agricultura familiar é um direcionamento necessário para a compreensão da complexidade de relações existentes no contexto em que estas políticas se inserem. O ambiente sociopolítico influencia a própria implementação da política pública. Ou seja, mesmo que o esforço seja para compreender os efeitos e os resultados de uma determinada política pública, faz-se necessário uma leitura mais detalhada do ambiente que a gera, que a remodela e se apropria de seus instrumentos.

Por fim, outro elemento importante de ser enfatizado diz respeito a uma espécie de armadilha semântica que o termo território pode acarretar. Território, a princípio, pode trazer a ideia de totalidade, de unidade. Falar de território transmite a sensação de que ali, no que se designa como território, estaria compreendido todo o conteúdo social, político, econômico e cultural existente. Porém, como a descrição do caso tentou demonstrar, o território deve ser compreendido não como uma totalidade, mas sim como um intento à totalidade, um constructo político que lança mão de estratégias (discursivas, organizativas, produtivas etc.) para se mostrar como verdade. E, ao fazer isso, ele necessariamente anula, exclui e obscurece as outras propostas de território. Como Foucault (2010) aponta, a verdade implica este

princípio de exclusão. Configura-se assim um campo de disputa pelo “*status* de território”, campo este em que a produção de diferentes narrativas (territorialidades), que objetivam construir significações e justificativas, muitas vezes a partir de interpretações e apropriações de elementos históricos, aparecem como elementos importantes e como dispositivos de construção de diferentes projetos políticos.

### Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. “Para uma teoria dos estudos territoriais”. In: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. LATTUADA, M. **Desarrollo rural** – Organizaciones, instituciones y territorios. Buenos Aires: Ciccus, 2006

ABRAMOVAY, Ricardo; BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. “Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais”. In: **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-36, set./dez., 2004

BERNARDINI, Sidney. “O público e o privado na expansão da rede ferroviária no estado de São Paulo no início do século XX”. In: Cristina de Campos; Eduardo Romero de Oliveira; Maria Lucia Caira Gitahy. (Org.). **Território e cidades: projetos e representações (1870 - 1970)**. São Paulo: Alameda, 2011

BOMBARDI, Larissa. **Campesinato, luta de classe e reforma agrária** (a Lei de Revisão Agrária em São Paulo). 2005. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1990

BRANDÃO, Carlos. “Territórios como classes sociais, conflitos, decisão e poder”. In: ORTEGA, A.C.; ALMEIDA Fo, N. (Org.) **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alinea, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARRIERE, Jean-Paul; CAZZELA, Ademir. “Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial”. *In: Eisforia*, Florianópolis, v. 4, n. esp., dez. 2006.

COUTO, Vitor e ROCHA, Alynson. (2006), “Reveses à questão territorial na região de Irecê, Bahia”. *In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*, 44, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Universidade Federal de Fortaleza, 2006.

DELGADO, Nelson; LEITE, Sergio Pereira. “Gestão social e novas institucionalidades no âmbito da política de desenvolvimento territorial”. *In: DELGADO, Nelson; LEITE, Sérgio Pereira. (Orgs.) Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. Série Desenvolvimento rural sustentável*. n. 14. Brasília: IICA, 2011.

DELGADO, Nelson.; GRISA, Catia. “Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil”. *In: Sergio P. Leite. (Org.) Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. 1. ed. Brasília: IICA, 2013.

FAVARETO, Arilson. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão. Do agrário ao territorial. 2006. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FAVARETO, Arilson; COELHO, Vera Schattan. “Dilemas da participação e do desenvolvimento territorial”. *In: DAGNINO, Evelina; Luciana Tatagiba. (Orgs.) Democracia, sociedade civil e participação*. 1. ed. Chapecó: Argos, 2007

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial”. *In: BUAINAIN, Antônio Márcio. (Org.) Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes, 2010

GODELIER, Maurice. *Perspectives in marxist anthropology*, **Cambridge Studies in Social Anthropology**, n.18. Cambridge, UK: 1977.

GONÇALVES, José Sidnei. “Agricultura Paulista: a ação estatal na construção da modernidade”. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 3. jul./set., 1993.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim” dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LEITE, Sérgio Pereira *et al.* (Org.). “Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural”. In: DELGADO, Nelson Giordano; LEITE, Sérgio Pereira. (Org.). **Políticas públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011 (Série desenvolvimento rural sustentável, v, 14).

LOERA, Nashieli Rangel. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas-SP: Ceres/Unicamp, 2006.

MAGALHAES, Reginaldo; BRANCHER, Paulo. **Crescimento, pobreza e degradação: as contradições do território sudoeste paulista**. Estudo propositivo: MDA; IICA, 2005.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentavel do Sudoeste Paulista**, 2007

MENDONÇA, Sônia Regina. “Agronomia, agrônomos e política no Brasil (1930-1961)”. In: **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 126-141, jul./ dez. 2010.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.

MONTENEGRO, Jorge GOMEZ. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Presidente Prudente, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.

REIS, Ana Terra. “Sobre a luta, as políticas públicas e a emancipação: o caso do projeto do assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva – SP”. In: **Revista Serviço Social**, Londrina, v.16. n.1, p. 114-142, jul./dez. 2013.

SANTOS, Duque. A primeira e a última. **São Vicente na memória**, 28 fev. 2011. Disponível em:  
<<http://saovicentenamemoria.blogspot.com.br/2011/02/primeira-e-ultima.html>>.

SAYAGO, Doris. “Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a Representação”. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3 n. 4, p. 9-21, 2007.

SHORE, Cris; WRIGHT, Susan; PERÒ, Davide (eds.). **Policy Worlds. Anthropology and the analysis of contemporary power**. New York; Oxford: Berghan Books, 2011.

SOUZA, Natália Almeida. **O olhar do aprendizado sobre as políticas públicas**: as diferentes apropriações do Programa de Aquisição de Alimentos em Itapeva-SP. 2014. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Sociedade e Agricultura – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WOLF, Eric. Distinguished lecture: facing power – old insights, new questions. **American Anthropologist**, Iowa City, v. 92, 1990, p. 586-596.